PROJETO DE LEI Nº DE 2013
(Do senhor João Dado)

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 agosto de 1983, que “assegura validade nacional às Carteiras de Identidade”, para atribuir fé pública às carteiras de identidade parlamentar e dá outra providência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura validade nacional às Carteiras de Identidade”, para tornar nelas a inscrição obrigatória e visível do número dessa Lei e para atribuir fé pública às carteiras de identidade parlamentar emitidas pela Câmara dos Deputados.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura validade nacional às Carteiras de Identidade”, passa vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1º

Parágrafo único. A Carteira de Identidade Parlamentar dos Deputados Federais e dos Senadores tem fé pública e validade em todo o território nacional e dela deverão constar os elementos referidos nas alíneas, *a, c, d, e, f, g* e *h* do art. 3º desta Lei.”

Art. 3º O art. 3º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigor acrescido da alínea *h*:

“Art. 3º

h) a referência a esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A atividade política constitui atividade importante na condução dos negócios públicos, e essa atividade é necessidade imperiosa na democracia. Nesse quadro, é despidiando salientar o papel das Casas do Congresso, o Senado do Federal e a Câmara dos Deputados.

Ora, é natural que o Parlamentar em uma das Casas do Congresso tenha sua identidade parlamentar, a Carteira de Identidade Parlamentar. E é também natural que o Deputado (ou o Senador) a exiba onde quer que vá pelo país. E mais: é natural e indispensável que esse documento, ao mesmo tempo simbólico e real, seja dotado de fé pública, valha para as atividades públicas e civis. Para que tenha aceitação geral no país, para que seja acolhido onde quer que seja apresentado, é necessário que seja lastreado em lei, da mesma maneira que o Registro Geral, o qual é amparado pela Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983. Eis por que ninguém pode recusar o último documento, haja vista que a sua validade é a expressão da norma geral, a lei.

A forma, portanto, de se conferir validade geral à Carteira de Identidade Parlamentar é posicioná-lo em lei, no caso, na própria Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983.

É o que se pretende pela presente proposição.

Pelo exposto, peço o apoio dos meus ilustres Pares ao Projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, em de _____ de 2013.

Deputado João Dado